

DESONERAÇÃO

Votos a favor da decisão de Zanin

Quatro ministros do STF aderiram ao entendimento do magistrado que suspendeu trechos da lei. Julgamento é suspenso por pedido de vista

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) alcançou mais votos para validar a decisão liminar do ministro Cristiano Zanin, que suspendeu dispositivos da lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e de municípios. Até agora, o placar está em 5 x 0 com esse entendimento.

Além de Zanin, votaram na ação: Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista — mais tempo para análise — feito pelo ministro Luiz Fux. A apreciação ocorre no plenário virtual da Corte — sistema em que os integrantes inserem os votos sem necessidade de discussão presencial sobre o tema.

A decisão de Zanin atende a pedido do **governo federal**. Em ação apresentada ao STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) alegou que, sem indicação do impacto orçamentário, poderá ocorrer “um desajuste significativo nas contas públicas e um esvaziamento do regime fiscal constitucionalizado”.

Cristiano Zanin afirmou que a decisão tem como objetivo “preservar as contas públicas”. No despacho, ele entendeu que da maneira como foi aprovada a lei, o Orçamento fica prejudicado.

“A solução provisória, que busca privilegiar o espaço institucional de cada Poder, sem descurar da função constitucional do Supremo Tribunal Federal de verificar a validade dos atos normativos à luz da Constituição Federal, consiste em suspender a eficácia dos arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei 14.784/2023, com a imediata submissão desta decisão ao plenário do Supremo Tribunal Federal para confirmação ou não de tal deliberação, que busca preservar as contas públicas e a sustentabilidade orçamentária”, escreveu.

Também segundo o ministro, “na linha do que reiteradamente vem decidindo este STF, observo que essa necessária compatibilização das leis com o novo regime fiscal decorre de uma opção legislativa”. “Não cabe ao STF fazer juízo de conveniência e oportunidade sobre o conteúdo do ato normativo, mas apenas atuar em seu papel de judicial review, ou seja, de verificar se a lei editada é compatível com a Constituição Federal”, acrescentou.

Antonio Augusto/SCO/STF



Cristiano Zanin atendeu ao pedido do governo e justificou que a decisão tem como objetivo “preservar as contas públicas”



O entendimento geral é de que a extensão da desoneração dos 17 setores é plenamente constitucional. A manutenção da desoneração tem sido decisiva na geração e preservação de empregos”

Marcelo Rech,
presidente da
Associação Nacional
de Jornais (ANJ)

Ação do Novo

Na ação, o governo pedia que Zanin, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Corte, fosse relator do processo. Isso porque ele já relata outra ação, apresentada pelo Novo, que contesta a medida provisória do governo que estabeleceu a reoneração. Normalmente as ações que entram no tribunal são sorteadas, exceto quando já tramitam outros processos que discutem o mesmo tema. Nesses casos, o processo é distribuído por “prevenção” para o ministro que já é relator das ações semelhantes.

Entidades reagem: insegurança jurídica

A liminar concedida pelo ministro Cristiano Zanin, do STF, suspendendo trechos da desoneração da folha de pagamentos, provocou forte reação dos setores envolvidos. A avaliação é de que a decisão provoca uma situação de insegurança jurídica e coloca em risco empregos e o equilíbrio econômico-financeiro das empresas.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) manifestou preocupação com a decisão e disse que a reoneração da folha é prejudicial para o ambiente econômico do país. Para a entidade, a medida “aumenta o custo da mão de obra, afeta a competitividade dos produtos e dos serviços brasileiros no mercado interno e no comércio internacional”.

A CNI ressaltou que a suspensão da desoneração tem causado preocupação em diversas instituições representativas do setor

privado. Estimou que a reoneração da folha de pagamentos aumentará o custo com a contribuição patronal para a Previdência em 27%, na média dos setores excluídos ou mantidos no incentivo e onerados gradativamente.

“A indústria sofre com competição desigual com as importações, sobretudo por meio do comércio eletrônico internacional, que não está sujeito aos mesmos tributos pagos pelo setor produtivo nacional. A decisão que suspendeu a desoneração é considerada equivocada, pois aumenta o custo tributário do setor produtivo, que é o principal motor de riquezas e abertura de empregos, aspectos essenciais para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Brasil”, ressaltou.

Um cálculo da União Geral dos Trabalhadores (UGT) aponta para a possibilidade de perda de 1 milhão de empregos no

país sem a desoneração. “Esperamos que no julgamento do mérito da ação impetrada pelo governo contra os efeitos da Lei 14.784/2023, que prorrogou a desoneração até 2027, esta seja mantida pelo STF”, disse, em nota, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). “Caso contrário, as consequências econômicas e sociais serão graves, com agravamento do desemprego.”

Segundo a Abit, ao judicializar essa questão, “o Executivo cria um cenário de total imprevisibilidade, que gera incertezas, abala a confiança dos setores produtivos e conspira contra a manutenção e a criação de empregos”.

Para a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, a

decisão de Zanin mostra falta de sensibilidade com as empresas e, principalmente, com os trabalhadores.

“Estamos em choque com essa decisão, que vai estimular a quebra de empresas e causar demissões. Haverá paralisação de investimentos essenciais e uma perda de credibilidade do país, por causa da insegurança jurídica”, disse, em nota. “É uma incoerência de um governo que, historicamente, sempre defendeu a bandeira do emprego.”

O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, foi outro que criticou a decisão de Zanin. “O entendimento geral é de que a extensão da desoneração dos 17 setores é plenamente constitucional. A manutenção da desoneração tem sido decisiva na geração e preservação de empregos”, enfatizou.

PODER

Deputada do PT vai relatar caso Brazão

» EVANDRO ÉBOLI

Mais de duas semanas após a abertura do processo de cassação contra Chiquinho Brazão (sem partido-RI) no Conselho de Ética, somente ontem foi definida a relatora do caso. O presidente do colegiado, Leur Lomanto (União-BA), escolheu a deputada Jack Rocha (PT-ES) para relatar a representação do PSol contra o parlamentar fluminense, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol), crime que vitimou, também, o motorista dela, Anderson Gomes.

Jack Rocha votou a favor da manutenção da prisão de Brazão no plenário da Câmara, há duas semanas. A petista foi escolhida depois da desistência de quatro parlamentares, que, após serem sorteados, optaram por não assumir o processo. Além de Rocha, estavam na lista tríplice os também petistas Jorge Solla e Joseildo Ramos, ambos da Bahia.

Os quatro deputados que se recusaram a relatar a ação contra Brazão foram: Rosângela Reis (PL-MG), Bruno Ganem (Podemos-SP), Gabriel

Mota (Republicanos-RR) e Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

As seguidas desistências de integrantes do conselho incomodaram o deputado Chico Alencar (PSol-RI), integrante do colegiado. “Suas excelências declinaram da nobilíssima função (de relatar), que alguns consideram ariscada. Não sei por quê?”, ironizou o deputado do PSol.

Chiquinho Brazão usou a palavra novamente na Câmara desde que foi preso. Na reunião do Conselho de Ética da última quarta-feira, o deputado, que está detido preventivamente na penitenciária de segurança máxima de Campo Grande (MS), garantiu que vai provar sua inocência e que, depois, pedirá a retratação dos que o acusaram do homicídio.

Defesa

Brazão falou por pouco mais de dois minutos, por videoconferência. O deputado afirmou também que compreende a pressão que os seus pares estão vivendo neste momento por se tratar de um crime de “grande relevância” e disse haver pressão da “grande mídia”.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Jack Rocha foi escolhida como relatora do caso depois da desistência de quatro parlamentares

“Sei da seriedade do crime ocorrido. O que posso falar em minha defesa é que sou inocente e vou provar. Sei que não há muito o que dizer, pela grande relevância do crime ocorrido. E sei como a Câmara dos Deputados está neste momento, os deputados que aí estão”, destacou. “Ao final de tudo isso,

eu provando, e provarei minha inocência, que pudessem outros que se retratassem futuramente em relação a minha família, meus filhos, meus netos e meus irmãos, que estão sofrendo muito devido à opinião popular. E o alcance do deputado é muito grande”, ressaltou Brazão, na sua segunda

manifestação numa comissão da Câmara desde que foi preso. A primeira, foi na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Vou resumir que sou inocente e provarei minha inocência. E compreendo o momento que vocês estão passando, com a grande mídia forçando em cima. Sei que é o Parlamento”, destacou.

Lula e Zema: mal-estar

» VICTOR CORREIA

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Minas Gerais, ontem, provocou mal-estar entre o Planalto e o governador do estado, Romeu Zema, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro. O gestor alegou que não foi convidado para participar da inauguração da fábrica de insulina da Biomm, em Nova Lima (**leia reportagem na página 7**). A Presidência, porém, sustentou que fez, sim, o convite e que o gabinete de Zema teria informado, por telefone, que ele não poderia comparecer.

A tensão contrasta com o que ocorreu na última visita de Lula ao estado, em fevereiro, quando Zema subiu no palanque com o presidente e disse estar “muito satisfeito” com a visita.

Em março, no Planalto, última vez que se encontraram, os dois discutiram soluções para negociar a dívida de Minas Gerais. Os acenos a Lula colocaram o governador como alvo de críticas de bolsonaristas.

Segundo o governo mineiro, Zema não foi convidado e optou por participar de outro evento.